

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 01 DE JUNHO DE 2000, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .

Aos primeiro dia do mês de junho de dois mil, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:20 horas o presidente do Conselho Municipal de Saúde, João Athayde Torres Valadares, inicia a reunião com a leitura da pauta: 1 - Votação das propostas de Atas das reuniões do CMS, realizadas nos dias 02/09, 09/09, 07/10, 21/10, 11/11, 17/12/99, 17/01, 17/02, 24/02, 02/03, 22/03 e 06/04/2000. 2- Informes gerais; 3- Contratos e convênios da Rede Hospitalar com o SUS/BH; 4 - Ministério Público (Resposta); 5 - Proposta de uma nova Resolução modificando a Resolução CMS/BH 12/96 – Comissão Municipal de DST/AIDS; 6 - BH-Vida – contratação e treinamento de Agentes Comunitários de Saúde; 7 - Avaliação do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, em seguida inicia com os informes. O conselheiro Antônio Carlos disse que questionou dados técnicos e que a região do Jardim Vitória quer mais um Centro de Saúde no OP 2001/2002 para a região Nordeste e pede ajuda da SMSA. A conselheira Joana informa que os Centros de Saúde estão indo aos caos com os atendimentos de emergências, que os Centros de Saúde não é para atendimento de emergência e pergunta sobre a falta de medicamentos na rede, informa que os trabalhadores recebiam por trabalhar na Campanha de Vacinação no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) e agora a SMSA só vai pagar R\$ 3,00 (três reais), isto será um fator de desestímulo para muitos trabalhadores trabalharem na vacinação. A conselheira Maria Josefina disse que a ex-coordenadora da AIDS/PBH fez uma prestação de contas na CTF e vai fazer um texto para o Jornal do CMS/BH, a CTF pede que a PBH coloque recursos financeiros no combate a AIDS, em seguida faz a leitura de uma carta dos funcionários do Centro de Saúde Santa Terezinha sobre as atitudes adotadas pela senhora Maria das Dores de Melo contra os funcionários do Centro de Saúde, com críticas destrutivas aos funcionários do Centro de Saúde, em seguida a conselheira pede para reformar o Centro de Saúde Dom Orione. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, encaminha a questão do Centro de Saúde Santa Terezinha para a CTRH. A conselheira Rosalina informa que a CTF pede que o ROT coloque recursos da PBH no combate à AIDS, em seguida passa informes da CTCA e pede que algumas questões constem em ata, haja visto que os conselheiros já receberam as atas da CTCA e coloca a questão do Alto Custo, disse que a Mesa Diretora do CMS fez dois ofícios, um reiterando sobre a suposta mudança do Alto Custo do PAM Padre Eustáquio para a sede da SMSA e coloca que a CTCA fez uma visita ao Alto Custo e tem uma avaliação prévia que essa mudança seria prejudicial aos usuários que frequentam o Alto Custo, que até esse momento a SMSA não respondeu aos ofícios do CMS sobre a questão, diante da não resposta da Secretária, não tem como o Conselho dar uma resposta ao pessoal do Alto Custo, cobra também uma resposta da SMSA sobre as perdas de fitas de Glicemia para Diabetes por falta de distribuição aos diabéticos, para que o CMS responda à Associação dos Diabéticos, informou que a CTCA não conseguiu visitar a Maternidade Odete Valadares e pede que os novos conselheiros visitem a MOV para discutir a questão dos CTIs Neonatais. A conselheira Gislene reclama da falta de medicamentos e recursos humanos na rede do SUS/BH e da violência contra os funcionários nos Centros de Saúde, disse que tem muitos problemas na Ortodontia e falta de órteses e próteses no SUS/BH. O conselheiro Roges informa que o comitê de ética e pesquisa da FUNED reuniu-se pela primeira vez uma que terá um encontro em Brasília/DF sobre esta questão, informou também sobre o Seminário Saúde Mental CERSAM 24 horas, que aconteceu nos dias 29 e 30/06/2000, no 14º andar da SMSA, disse que o relatório será entregue ao CMS/BH, que a SMSA e o CMS irão realizar no dia 10/06/2000 o Seminário sobre a Desospitalização Psiquiátrica no SUS/BH, em Outubro deste ano será realizado um Seminário sobre os 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e que o Conselho Estadual de Assistência Social estará no Seminário fazendo a interface entre Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescente. O conselheiro Evaristo Garcia disse que a saúde, educação e moradia é reivindicação de todo dia não é só no Orçamento Pariticipativo, informa que no dia 07/06 na Secretaria do Desenvolvimento Social irá discutir a questão do idoso e portadores de necessidades especiais. O funcionário da Secretaria Executiva, José Osvaldo informa sobre a relação de delegados já entregue pelas entidades a respeito da II Plenária Municipal de Saúde, faz uma denúncia sobre o Conselho de Saúde do HJK que aprovou apressadamente o licenciamento do diretor geral do hospital, Dr. Salim Issa para se candidatar a Vereador e depois, se perder as eleições retornar à Direção do HJK, informou que os funcionários do setor de nutrição denunciaram nesta mesma reunião a falta de material para lavagem de vasilhame como buchas, bombрил, sabão, etc. O presidente do CMS João Athayde informa que esteve presente no Seminário CERSAM 24 horas e cobra da SMSA uma resposta da denúncia da senhora Elisângela, referente a ligadura de trompas feita no Hospital Felício Rocho, informou que a conselheira Cleide participou da reunião da Comissão de Emprego da PBH e sobre o curso de capacitação de conselheiros, informou também que por decisão do Conselho Nacional de Saúde será feito um curso de capacitação para 43 (quarenta e três) mil conselheiros de saúde no Brasil e que o conselheiro Cornelis está participando da elaboração deste curso, os recurso vem das organizações internacionais, que a contrapartida do governo federal foi após decisão do Ministério Público devido a uma ação pedindo que o governo federal financie este curso de capacitação de conselheiros, em seguida fez a leitura do convite do Conselho Municipal de Educação para o CMS participar de audiências públicas sobre a educação infantil, faz leitura também da carta do comando de greve do Hospital das Clínicas comunicando ao CMS que as atividades de urgência serão mantidas no plantão para atender a população durante a greve dos funcionários do HC. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio Carvalho passa um documento sobre a Plenária Nacional de Conselhos sobre a XI Conferência Nacional de Saúde e

60 pede para que o CMS aprove este documento. O presidente do CMS João Athayde informa que os funcionários da
61 Secretaria Executiva do CMS estão trabalhando além das suas cargas horárias nomais, inclusive no horário de almoço e
62 que vai fazer um levantamento dessas horas para dar folgas aos funcionários da Secretaria Executiva, em seguida
63 coloca em votação as atas do dia 02/09/99 a 17/01/2000 que já foram aprovadas na reunião ordinária do dia 04/05/2000
64 e nesta reunião as atas que serão aprovadas são do dia 17/02 a 06/04/2000, as referidas atas foram aprovadas, em
65 seguida passa para o próximo ponto de pauta: BH – Vid contratação e treinamento de Agentes Comunitários de saúde,
66 este assunto foi reivindicado pelo SINDSAÚDE. A mesa do CMS foi composta pelo SINDSAÚDE, SINDIBEL,
67 SMSA e Ministério da Saúde. A Secretária Municipal de Saúde Maria do Socorro fala que foi pedido à Mesa Diretora
68 uma reunião para discutir o Alto Custo e não foi atendida e a SMSA, o que está sendo discutido é o HOB manter uma
69 UPA no PAM Padre Eustáquio, se for discutir essa questão a SMSA irá discutir esta possível mudança com o
70 Conselho. O presidente do CMS João Athayde faz a leitura da Resolução CMS/BH Nº 043/00, “ o plenário do
71 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, em sua reunião ordinária realizada o dia 17/01/2000, no uso de suas
72 competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Federal 8.080 de 19 setembro de 1990, pela Lei Federal
73 8.142 de 28 dezembro de 1990 e pela Lei Municipal 7.536 de 19 de junho de 1998; Considerando: A necessidade de
74 melhorar a atenção à saúde dos munícipes de Belo Horizonte através de esforços permanentes pela melhoria das
75 condições de vida; A importância do Controle Social do Sistema Único de Saúde; C) As recomendações e o parecer
76 sobre o projeto BH – VIDA elaboradas pela reunião conjunta das Câmaras Técnicas do Conselho Municipal de Saúde
77 realizada no dia 14 de janeiro de 2000. Resolve: 01 - Aprovar o projeto BH – VIDA; 02 - Fixar um prazo de 60 (sessenta)
78 dias, a contar da data da aprovação do Relatório Final da VI Conferência Municipal de Saúde, para a
79 Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte apresentar um Plano Municipal de Saúde que contenha o projeto BH
80 – VIDA como estratégia da reorganização do modelo assistencial; 03 - Acompanhar a implantação e o
81 desenvolvimento do projeto para aperfeiçoá-lo de acordo com preposições e determinações da VI Conferência
82 Municipal de Saúde e para introduzir reformulações e adaptações sempre quando necessárias; 04 - Estipular as
83 seguintes diretrizes para a implantação e o desenvolvimento do projeto: Quanto ao objetivo geral do projeto: O
84 estabelecimento da vigilância sobre a saúde das famílias não deverá ocorrer em detrimento do cesso ao pronto
85 atendimento, entendido como atendimento imediato à demanda espontânea, e à atenção secundária e terciária, mas, ao
86 contrário, deverá melhorar o acesso a esses níveis de atendimento e ao apoio diagnóstico - terapêutico, Quanto ao
87 cadastramento da população e à adscrição da população cadastrada: Deverá ser assegurado ao usuário o direito de
88 recusar o fornecimento de dados de caráter pessoal e ser garantido o sigilo sobre dados pessoais constantes no cadastro,
89 desde que isto não implique em riscos graves a terceiros ou à saúde pública; A introdução do Cartão SUS deverá, antes
90 de tudo, ser um instrumento para melhorar a qualidade de assistência e para aperfeiçoar os mecanismo de referência e
91 contra - referência, e, de nenhuma forma, deverá servir para restringir o acesso universal e equitativo ao SUS; A
92 adscrição de famílias, pertencentes a uma mesma área, não deverá excluir a possibilidade de os usuários serem
93 atendidos, particularmente em casos de demanda espontânea, em centros de saúde localizados próximos aos corredores
94 de transporte ou próximo aos locais de trabalho dos usuários; As Comissões Locais de Saúde deverão acompanhar o
95 estabelecimento de vínculos mais explícitos entre os usuários e as equipes das unidades de saúde e deverão ser ouvidas
96 em caso de rejeição de uma equipe por parte significativa das famílias adscritas; Quanto às equipes de saúde: O
97 recrutamento, seleção e contratação dos profissionais das equipes de saúde, inclusive dos agentes comunitários de
98 saúde, deverão ser acompanhados e fiscalizados pelas comissões locais de saúde para evitar posturas corporativas ou
99 clientelistas; A Contratação de profissionais de saúde por meio de “contratos administrativos” somente será permitida
100 para agilizar a implantação do projeto, porém para garantir a sua continuidade e condições adequadas de trabalho, a
101 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte deverá organizar, a curto prazo, concursos públicos para substituir os
102 profissionais contratados por profissionais concursados ou para incorporá-los ao quadro permanente da Secretaria
103 Municipal de Saúde, considerando os aspectos legais da legislação vigente; As atribuições dos agentes comunitários de
104 saúde deverão ser revisadas no decorrer da implantação e do desenvolvimento do projeto, tendo em vista as
105 características de uma população urbana, os diversos programas de saúde já existentes, e o perfil dos profissionais de
106 saúde presentes nos serviços de saúde; Deverá haver um programa de formação continuada das equipes de saúde que
107 contemple, particularmente , o desenvolvimento de atitudes e valores éticos e políticos consistentes com a defesa da
108 vida. Belo Horizonte, 17 de Janeiro de 2000. O presidente defende que esta Resolução deva ser o Norte da contratação
109 e seleção dos Agentes Comunitários. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio Carvalho pede para que a SMSA
110 apresente a proposta de contratação dos Agentes Comunitários. A Secretária Municipal de Saúde Maria do Socorro
111 coloca que na pauta, não foi pedido a SMSA para apresentar a forma de contratação e que ainda a SMSA não tem a
112 forma completa de contratação e veio para ouvir as propostas do CMS. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio
113 Carvalho, representante do SINDSAÚDE elogia a SMSA pela atitude de ouvir o CMS nesta questão e que as cinco
114 formas de contratação dos Agentes Comunitários propostas pelo Ministério da Saúde, tem várias ações no Ministério
115 Público contra essas cinco formas de contratação, que BH tem autonomia para contratar, crítica a SMSA por não
116 apresentar ao CMS/BH a forma de como foi contratada as primeiras equipes de Agentes Comunitários de Saúde e que
117 nenhum conselheiro viu o contrato feito entre a SMSA e a FUNDEP na contratação das primeiras equipes de Agentes
118 Comunitários, manteve sua preocupação em contratar os Agentes no ano eleitoral, e quanto à falta de Recursos

119 Humanos nos Centros de Saúde, onde o PACS vai aumentar a demanda, pede para resolver a questão dos Centros de
120 Saúde para receber as demandas que serão levantadas e defende que seja feita uma seleção pública nos bairros para
121 contratar os Agentes e tem que se fazer uma equipe multidisciplinar para atender as demandas que irão ser levantadas,
122 cobra da SMSA o valor do recurso aplicado nas primeiras equipes dos Agentes Comunitário de Saúde e pede a cópia do
123 convênio com a FUNDEP. O representante do SINDIBEL Sardinha, coloca que é a favor da melhoria do acesso, mas
124 para que esta melhoria seja feita é necessário ter recursos humanos suficientes e melhores condições de trabalho, que a
125 violência sofrida hoje pelos trabalhadores nos Centros de Saúde é pela falta de recursos humanos para atender bem a
126 população, defende que todas as contratações devem ser feitas por concurso público. O conselheiro Antônio Carlos fez
127 as seguintes propostas: que os interessados em ser Agente Comunitário apresente um currículo e que a SMSA
128 apresentasse o salário do Agente para o CMS/BH; que a contratação dos Agentes não devam exigir escolaridade. A
129 Secretária Municipal de Saúde, Maria do Socorro disse que no Brasil há três formas de contratação de pessoal, CLT,
130 contrato administrativos ou concurso público, disse que quer que o CMS/BH esteja junto nesta discussão e que vai
131 seguir a normatização do Ministério da Saúde sobre o PACS, fez uma defesa do Agente Comunitário para a promoção
132 da saúde em BH, que este programa deu certo em vários países do mundo, reconhece que existe problemas na saúde,
133 mas não existe fórmulas mágicas de administrar recursos públicos da saúde, defende que o Agente não precisa ter grau
134 de escolaridade, disse que não dá para fazer um grande concurso, pois o Agente é da comunidade e vai cuidar de 150
135 famílias, informa que os Conselhos Distritais e Comissões Locais vão ser responsáveis pelo processo de contratação e
136 seleção dos Agentes Comunitários. O representante do Ministério da Saúde, Dr. Marcos Vinícius disse que é um
137 avanço para a população de BH, o PACS construiu uma proposta nova de saúde, o Ministério está contribuindo com a
138 SMSA como uma assessoria, na implantação do Programa, que a avaliação do Programa é feito principalmente pela
139 Secretaria Estadual de Saúde, junto com os Conselhos Municipais de Saúde disse que tem que ter prova escrita e
140 entrevista e depois os agentes serem treinados para exercer as suas atividades, disse que são 122 mil Agentes
141 Comunitários de saúde e 7.800 equipes do PSF no Brasil e que isto é um avanço de promoção à saúde dos brasileiros.
142 O diretor do Distrito Sanitário Norte, Carlos Alberto disse que é muito importante a participação da população neste
143 processo de escolha dos Agentes Comunitários de Saúde, que os gerentes do Distrito Sanitário Norte irão convocar
144 reuniões ampliadas nas Comissões Locais para explicar o processo de recrutamento e seleção. A conselheira e
145 vereadora Jô Moraes disse que teve na pauta da Câmara o Projeto 1257 e propõe que depois que o CMS tiver todo o
146 Projeto de contratação pronta, convocará a comissão de serviços públicos para discutir a questão em uma audiência
147 pública. A conselheira Anadil fala que BH já deveria ter o PACS já implantado e pergunta à SMSA se já estão
148 chamando os concursados para dar retaguarda à demanda que os Agentes vão apresentar, faz algumas propostas sobre a
149 seleção: 1 – Seleção publicada dos Agentes; 2 – Que o Agente seja militante da área de saúde; 3 – Os Agentes sejam
150 comprometidos com a ética; 4 – Que a Comissão Local de Saúde seja o espaço para o processo para recrutamento dos
151 Agentes Comunitários. A conselheira Leda Souza reafirma que este projeto já foi aprovado na VI Conferência
152 Municipal de Saúde e que apoiou desde o primeiro momento e que na Comissão Local de Saúde não terá dificuldades
153 para fazer o processo avançar porque, disse que na comissão na qual participa tem toda as representações da
154 comunidade. O conselheiro Evaristo Garcia disse que a população de BH está esperando este Projeto há dois anos e que
155 tem uma equipe aqui no CMS que não queria a sua implementação. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio de
156 Carvalho concordou com várias posições colocadas na reunião e disse que o convênio tem que ser votado aqui no
157 Conselho, defende a seleção pública para contratar os Agentes Comunitários de saúde. O conselheiro Antônio Carlos
158 pergunta se as normas do PSF foram cumpridas por BH, se BH receberia 30% a mais e se o Agente Comunitário de
159 Saúde é trabalhador da saúde. A representante do Ministério Público, Dr^a Karine concordou com a fala de todos os
160 conselheiros, menos com o concurso público, os recursos são de 2.200 milhões por ano e por Agente Comunitário e que
161 os 30% é sobre o PAB variável, disse que devemos construir uma forma ética para os Agentes Comunitários, o Agente
162 Comunitário é um trabalhador da saúde. O conselheiro Antônio Amâncio disse que o Agente Comunitário de Saúde
163 deve entrar no serviço público via concurso público, pode se fazer concursos regionais, não há problema na questão de
164 escolaridade. O funcionário da Secretaria Executiva, José Osvaldo propõe que o CMS recomenda que essa discussão
165 seja enviada aos conselhos distritais de saúde, em seguida faz a leitura dos artigos da Resolução do CMS que determina
166 a forma de contratação e seleção dos Agentes Comunitários. A conselheira Maria Josefina fala que a sua preocupação é
167 com a ética, no trabalho do Agente Comunitário pede para explicar o processo de distritalização do recrutamento dos
168 Agentes Comunitários de Saúde. O presidente do CMS, João Athayde propõe que a CTCA dê um parecer sobre o
169 PACS. O Dr. Marcos fala que a questão da ética dos Agentes serão identificados no dia-a-dia do seu trabalho, que as
170 cinco formas de contratação do Agente proposto pelo Ministério da Saúde é a experiência de vários municípios e que o
171 próprio Ministério está estudando uma melhor forma de contratação dos Agentes Comunitários para todo o país,
172 defende que o PSF foi uma luta da Reforma Sanitária no país, que os dados dos recursos do PSF e PACS estão à
173 disposição na Internet. O conselheiro Swavilly reafirmou a fala da Secretária referente a contratação e seleção dos
174 Agentes Comunitários pelo convênio que a SMSA já tem com a FUNDEP. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio
175 Carvalho concorda em remeter essa discussão aos Conselhos Distritais e que o CMS dê uma definição final sobre a
176 contratação e seleção, propõe uma resolução assim: 1 – Que a contratação seja feita por seleção pública; 2 – Que o
177 contrato seja aprovado pelo CMS/BH; 3 – Que seja feita a licitação pública para contratar a empresa que irá contratar

178 os ACS. A conselheira Anadil propõe que a CTCA discuta e avalie a questão da contratação do ACS e defende que a
179 Resolução seja elaborada depois da discussão da CTCA. O conselheiro Antônio Carlos defende a Resolução 043/00 já
180 aprovada pelo CMS. O secretário geral do CMS Paulo Roberto Venâncio de Carvalho defende a sua proposta de uma
181 nova resolução, ficou decidido que a CTCA avalie, discuta a questão e dê um parecer para uma nova resolução do
182 CMS/BH sobre a contratação de ACS, o secretário geral propõe também a votação do documento sobre a realização da
183 XI Conferência Nacional de Saúde, ainda este ano o documento é aprovado e distribuído aos conselheiros. O presidente
184 do CMS João Athayde explica que o Ministério Público em defesa do patrimônio público encaminhou um ofício datado
185 de 24/03/2000, cobrando uma resposta do CMS, se o Conselho quer a continuidade do processo contra a SMSA, faz a
186 leitura do ofício reposta do Ministério Público. O conselheiro Swavilly representante do Gestor disse que está de
187 acordo com a resposta do CMS ao Ministério Público. A conselheira Rosalina informa que a ex-coordenadora
188 Municipal de AIDS, na reunião da CTCA disse que o ex-secretário adjunto Apolo Henríger disse que a Coordenação
189 de AIDS não decidiria mais sobre os recursos da AIDS e sim o Gabinete do Secretário, e que iria fazer o Jornal da
190 SMSA com o dinheiro da AIDS. A resposta ao Ministério Público foi aprovado pelo CMS e a Mesa Diretora irá
191 encaminhar ao Ministério Público ofício para que o mesmo continue averiguando as denúncias feitas pelo CMS/BH. A
192 conselheira Rosalina propõe que na reunião do dia 15/06/00, o CMS pautar a discussão da proposta da nova resolução
193 de modificação da Comissão Municipal de AIDS e Avaliação do CMS e no dia 21/06/00 seja feita a posse do novo
194 CMS para o biênio 2000/2002, a proposta é aprovada. O presidente do CMS, João Athayde faz a leitura do convite do
195 prefeito para assinatura do convênio do PACS/MS com a PBH no dia 02/06/00, às 9:00 horas da manhã no salão nobre
196 da PBH. Às 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que,
197 após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo secretário geral do Conselho Municipal de Saúde. Belo
198 Horizonte, 01 de junho de 2000.
199 Jom./vld